



TRABALHO E EDUCAÇÃO COMO CATEGORIAS FUNDAMENTAIS DE ANÁLISE NO PRONATEC

FORMAÇÃO E GESTÃO EM PROCESSOS EDUCATIVOS

Matheus Felisberto Costa¹
(*matheus52x@hotmail.com*)
Rafael Rodrigo Müller²
(*rrmueller@unesc.net*)

Introdução

Esse resumo tem por objetivo fazer um apanhado da pesquisa que constituiu o meu Trabalho de Conclusão de Licenciatura (TCL) no Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), elaborado no ano de 2016. O trabalho é intitulado de “A relação entre trabalho e educação no âmbito do PRONATEC”.

O referente trabalho foi de caráter bibliográfico, no qual buscamos analisar autores e suas respectivas teorias que dialogavam com o objeto de estudo – tais como Marx, Saviani, Frigotto, Antunes, Neves, Evangelista, Shiroma, Kuenzer, Gramsci, entre outros, bem como documentos oficiais que embasavam a sua existência. Este se constituiu a partir do método materialista histórico e dialético, dentro da perspectiva histórico-crítica, concebendo que a realidade objetiva e subjetiva é resultante de uma construção coletiva e de uma dimensão histórica, simbólica, material e imaterial, que se concebe sob determinadas condições, estando subjugada sob os domínios das relações econômicas e de produção. Estabelecemos como categorias fundamentais à pesquisa: trabalho, emprego, educação, formação integral, educação profissional e tecnológica, políticas públicas, dentre outras.

Uma questão fundamental na construção desse estudo foi a de analisar as relações do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo e sua interferência nas

¹Mestrando em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Bolsista PROSUC/CAPEL. Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

²Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



políticas relacionadas à educação profissional e tecnológica. Compreender o histórico das políticas públicas relacionadas a presente perspectiva educacional no Brasil, desde a criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (1909) e os seus desdobramentos até o ano de produção desse trabalho, sendo essencial para uma compreensão totalizante do objeto. Com isso, possibilitar a análise da constituição do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) enquanto o maior programa da história do país de acesso a educação profissional e tecnológica e suas imbricações nas relações de produção em um país da periferia do capitalismo.

A questão do trabalho no capitalismo

O trabalho é uma categoria central na Sociologia, sendo que a partir de uma perspectiva materialista ele é uma condição estritamente necessária a própria existência do homem. O trabalho garante a sobrevivência de nossa espécie, é a base para o estabelecimento de outras relações sociais. O princípio dialético do trabalho nos coloca em constante movimento com a natureza, de forma que o homem altera a natureza enquanto que ela altera a própria condição do homem.

Entende-se o processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza, ao mesmo tempo que modifica sua própria natureza (MARX, 1988 *apud* NEVES; PRONKO, 2008, p. 21).

Dentro da compreensão marxiana, podemos considerar duas dimensões do trabalho: o trabalho simples a qual “todo homem comum, sem educação especial, possui seu organismo” (MARX, 2012, p. 51), e a segunda em que o trabalho é de caráter complexo “que por sua vez se caracteriza por ser de natureza especializada, requerendo, por isso, maior dispêndio de tempo de formação daquele que irá realizá-lo” (MARX, 1988 *apud* NEVES; PRONKO, 2008, p. 22).

Uma condição característica do trabalho na sociedade capitalista é a separação do trabalhador dos meios de produção. O trabalhador não possui mais as ferramentas necessárias para produzir: de artesão ele é convertido em operário moderno, de um trabalho a qual imperava a cooperação simples, ele se vê numa divisão social de trabalho complexo, manufaturado. Vê-se obrigado a vender sua força de trabalho para sobreviver. Na era do capitalismo neoliberal, as estruturas que envolvem as relações entre capital e trabalho se alteraram exponencialmente. A eliminação de postos de trabalho, restrições a seguridade social e quebra com a estabilidade do emprego são



algumas das características que o nosso tempo impõe (ANTUNES, 2010). O regime de acumulação flexível traz consigo profundas mudanças, sob a finalidade de ampliar os lucros e minizar os gastos, a classe trabalhadora é fragmentada, flexibilizada, disciplinada e mantida sobre um manto de inseguranças e incertezas (JINKINGS, 2002).

A questão da educação no capitalismo

A educação, de forma geral, tem como objetivo garantir a transmissão dos conhecimentos, historicamente produzidos pela humanidade, para as novas gerações. A educação enquanto processo formativo expressa uma determinada intencionalidade. A escola enquanto instituição social está inserida em uma determinada sociedade e produz determinados sujeitos. São locus de um grande todo, que é a estrutura social. Esse conjunto de relações é permeado por interesses, complexos e conflituosos e que em grande medida expressam o pensamento dominante.

A partir dessa perspectiva, a escola é entendida como espaço de reprodução dos interesses hegemônicos. Por muitas vezes, reprodutora da ideologia dominante, das ideias de produção da classe dominante. A ideologia dominante reproduz “as relações materiais dominantes [que] são apreendidas como ideias” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

Historicamente, mesmo dentro das relações dominantes do capital, a classe trabalhadora não teve acesso as mesmas condições educacionais objetivas e subjetivas da classe dominante, principalmente ao que tange o acesso à escola. Quando havia possibilidade de estudar, em grande medida, ficava restrito aos filhos da classe trabalhadora a formação de caráter profissional, enquanto os filhos da classe dominante recebiam o ensino de caráter humanístico-propedêutico (FRIGOTTO, 1999). Uma educação para o trabalho para aqueles que seriam a força de trabalho e uma educação intelectual para aqueles que iriam dirigir à sociedade e o Estado.

A respeito disso, numa busca histórica das últimas décadas, compreendemos que a Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus – Lei nº 5.692/71 – (BRASIL, 1971), desconstruiu, principalmente no 2º grau, uma perspectiva de currículo humanístico-propedêutico e produziu uma formação voltada ao mundo do trabalho, cerceando a possibilidade de formação crítica na escola brasileira, uma educação de caráter tecnicista. Outro elemento importante, é que com essa formação distanciou-se o estudante do ingresso na universidade (COSTA, 2016).



O que é oPRONATEC

O PRONATEC é criado em um cenário de expansão da economia brasileira que se iniciou com o governo Lula, em 2003, e da qual o governo Dilma Rousseff deu continuidade. Em meio as necessidades do mercado de força de trabalho qualificada, o governo federal, em 2011, por meio da Lei 12.513/11 criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (COSTA, 2016). Este é, até o presente momento, o maior programa de acesso ao ensino técnico da história do Brasil.

O governo federal ficou responsável pelo suporte técnico, didático e financeiro para a implementação do programa, enquanto que os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e as intuições do Sistema S foram os principais articuladores e executores do programa. Os cursos se dividiam em cursos técnicos (integrado, concomitante e subsequente) e os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), que são cursos de curta duração e característicos do que Marx chamou de trabalho simples. Esse último foi o que obteve maior oferta.

Considerações Finais

A partir das questões pertinentes a condição do capitalismo neoliberal e globalizado, é possível considerar que o PRONATEC cumpre em grande medida com os seus objetivos – qualificação para o trabalho e inserção no mundo do trabalho, embora isso seja questionável, pois não havia dados claros e coesos em relação a inserção dos egressos no mercado de trabalho a partir dessa respectiva formação. Não obstante, não podemos perder de vista duas questões fundamentais: a primeira em relação ao tipo de formação ofertada pelo programa aos sujeitos. O PRONATEC está longe de ofertar uma educação integral numa perspectiva omnilateral, que seja de fato “formadora de sujeitos autônomos e protagonistas de cidadania ativa e articulada a um projeto de Estado radicalmente democrático e a um projeto de desenvolvimento “sustentável” (FRIGOTTO, 2001, p. 82). A segunda questão é qual a condição de trabalho em que o sujeito está inserido, que pode vir a ser as mais diversas possíveis, tal como: precarizada, terceirizada, em subemprego, sem estabilidade, com baixa remuneração e vivendo sob condições que não lhe possibilite romper com essa realidade.

Referências



ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 14^a. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 1971. Disponível em: <https://bit.ly/2UyovVc>. Acesso em: 31 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Brasília, DF, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2GoTPQF>. Acesso em: 31 jul. 2019.

COSTA, Matheus Felisberto. **A relação entre trabalho e educação no âmbito do PRONATEC**. Florianópolis, Trabalho de Conclusão de Licenciatura, Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 3^a ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: base para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n.1, jan/jun. 2001.

JINKINGS, Nise. **As formas de dominação do trabalho na reestruturação produtiva contemporânea**. IV Seminário de Pesquisa em Educação – Região Sul – Na Contracorrente da Universidade Operacional. Florianópolis, 2002.

MARX, Karl. **O Capital** - crítica da economia política, primeiro livro. 30^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2008.